

domaines respectifs, d'un stade de réflexion et d'élaboration antérieur à celui de la confrontation directe et concrète des modèles théoriques avec les discours-objets. Du point de vue de la problématique de l'énonciation, les perspectives ouvertes n'en sont pas moins prometteuses pour autant. Pour Peter Stockinger, il s'agit d'en donner à terme une formulation qui soit conforme aux exigences de formalisation qu'impose le rapprochement, désormais à l'ordre du jour, entre sémiotique et sciences cognitives. Pour Diana Luz Pessoa de Barros, l'objectif consiste à définir un mode d'articulation entre théorie de l'acte énonciatif — à la fois comme communication et comme production — et approche du social. Pour Norma Tasca enfin, il est urgent de faire apparaître l'éventail des possibilités que la grammaire actantielle et modale, avec la théorie sémiotique du sujet énonçant qui en procède, offrent du point de vue d'une redéfinition des rapports entre problématiques sémiotique et psychanalytique.

Telles sont, réduites à leur plus simple expression, les étapes du parcours proposé. Par rapport à d'autres cheminements possibles autour de la notion d'énonciation, celui ici adopté, tout en reflétant un état «objectif» de la recherche, avec ses avancées et ses lacunes, est aussi l'expression «en acte» d'une intentionnalité qui transcende les intérêts et les choix individuels. Et c'est probablement ainsi que ce numéro sera reçu par certains: moins comme discours énoncé témoignant de la variété des recherches individuelles en cours, que comme la manifestation énonciative d'une sujet collectif. Même transportée à Porto, on aura bien entendu reconnu ce qu'on appelle entre sémioticiens «l'École de Paris», en l'occurrence plus qu'honorablement représentée. Formons du moins le vœu qu'on ne s'arrête pas à cette étiquette un peu voyante, mais qu'on inspecte aussi le contenu du flacon, dans sa richesse et sa diversité.

Eric Landowski
Varsovie, 12 avril 1987



CLAUDE CALAME

Université de Lausanne

O SUJEITO DA ENUNCIACÃO: BREVE INTRODUÇÃO *

Recentemente ainda, as implicações filosóficas do método estrutural pareciam dever assinar a certidão de óbito do sujeito, um sujeito a partir de agora diluído nas determinações das infra-estruturas económicas ou no condicionamento de um inconsciente universalmente partilhado, quando não era nas formas lógicas da linguagem; o sujeito não era mais do que um tecido onde se entrelaçavam a cadeia das estruturas sociais e a trama das estruturas do espírito humano. Quanto às produções deste sujeito recoberto de um lado ao outro, em particular os objectos literários, elas eram supostas reflectir esta mesma cobertura, com uma importância que podia ser colocada, na sua análise, quer sobre a influência das condições sociais de produção, quer, pelo contrário, sobre a emergência das estruturas do inconsciente, conforme a abordagem era de inspiração marxizante ou psicologizante. Mas é também neste mesmo contexto estruturalista que o conceito linguístico de imanência, formulado por Hjelmslev a partir de um princípio saussuriano, foi, transferido em semiótica para as produções de sentido: a construção e a articulação da significação, objecto da semiótica, tornam-se assim um processo interno cujos produtos, em geral discursivos, representam a manifestação. Nesta rede de relações propriamente ditas estruturais, o sujeito parece não mais a vítima de uma diluição, mas a de uma exclusão. No entanto, desde os anos 70, levantaram-se regularmente vozes para afirmar e reafirmar em toda a produção de sentido o lugar central ocupado pelo sujeito. A de J.-C. Coquet, por exemplo, confrontado com a provocação da psicanálise lacaniana: «O «moi» do sujeito (individual) não é o mesmo que o «Je» do seu discurso»; ou a de J.-B. Grize que responde à necessidade de demarcar a lógica natural, regendo o discurso de tipo linguístico, de um sistema puramente formal: «O fenómeno chave, aquele que distingue fundamentalmente as línguas naturais de qualquer sistema formal, é a presença naquelas de um *sujeito enunciator*»¹.

É, portanto, no quadro da enunciação, no quadro do processo de produção e de actualização da manifestação discursiva, sob todas as suas formas

* Extraído do capítulo introdutório de: *Le récit en Grèce ancienne. Énonciations et représentations de poètes*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1986.

e compreendida como prática, que se coloca para os semioticistas o problema do sujeito, com a exclusão de toda a concepção filosófica e substancialista. Mesmo que elas se limitem, para ele, à prática discursiva de ordem linguística, é preciso lembrarmos que se deve a E. Benveniste a noção de constituição do discurso pela enunciação e a atenção centrada sobre as marcas de que dela ele é portador.

1. Enunciação enunciada e situação de comunicação

Uma análise de pronomes tornada célebre mostra, com efeito, que ao lado de elementos linguísticos que enquadram e sustentam em qualquer texto a história contada, há outras que remetem para o que Benveniste chama «as instâncias do discurso»; trata-se de actos através dos quais a língua se torna fala na utilização que dela faz um «locutor» único. Resultado de um processo de produção prático, a fala traz muitas vezes no seu próprio enunciado os traços dos actos de enunciação. Estas marcas, verdadeiros elementos indiciais de enunciação, podem ser classificadas em três categorias diferentes: 1. o sistema constituído pela utilização diferenciada dos tempos verbais (imperfeito — «aoristo», por um lado, presente-futuro, por outro); 2. o sistema constituído pelos elementos demonstrativos da deixis (o *lá* por oposição ao *aquí*); 3. o sistema dos pronomes estruturado por oposição entre a não-pessoa representada pelo *ele*, actante/actor do enunciado, e o conjunto *eu/tu*, actantes/actores da enunciação enunciada. É a partir destas três séries de elementos indiciais que se constitui, paralelamente à «história» narrada com o seu quadro espacio-temporal próprio e na ausência da intervenção do locutor, o plano do «discurso» onde se encontram actualizados os próprios elementos que produzem a «história»: o sujeito com o seu tempo e o seu espaço próprios².

Uma primeira questão se coloca quanto à articulação na fala da «história» e do «discurso». A partir do conceito de «shifter» (défíco) * introduzido por R. Jakobson, tentou-se definir o procedimento pelo qual se instala nos enunciados os elementos indiciais da enunciação como uma «embraiagem» (pode-se também falar de ancoragem); isto em oposição ao procedimento inverso, dito «desembraiagem», pelo qual se retira estes elementos do enunciado para fazer coincidir este último com o plano da história contada. O procedimento de embraiagem ou ancoragem está, portanto, sempre ligado ao procedimento de desembraiagem: a instalação no enunciado dos actantes da enunciação (representados por *eu/tu* corresponde à expulsão dos actantes do enunciado (encarnados nos *ele*); falar-se-á neste caso de embraiagem(/desembraiagem) «enunciativa», ou de ancoragem «enunciativa». Pelo contrário, o termo deste processo está marcado pelo apagamento dos actantes da enunciação que deixam de novo o lugar ao *ele* do enunciado: ter-se-á então uma embraiagem (/desembraiagem/) de ordem «enunciva»³.

* No texto «embrayeur», termo que, para a semiótica, não se confunde com o termo défíco, conforme o texto o explicita a seguir.

Mas a análise não é ainda suficiente, nem do ponto de vista da terminologia, nem do ponto de vista dos conceitos que ela recobre. Na concepção formulada por Benveniste acerca da actualização da língua em fala e da emergência da enunciação no próprio enunciado, a noção de «instância do discurso» implica a ideia de uma acção. Se é verdade que o enunciado da enunciação está ligado ao acto de produção linguística, é necessário fazer uma distinção criteriosa entre a situação «real», «referencial» de comunicação da fala, com os parâmetros de ordem social e psicológica que determinam a sua aparência e a situação de enunciação tal qual ela transparece, através da mediação da língua, no enunciado que é o objecto do processo de comunicação. Muito esquematicamente, a primeira corresponde ao acto efectivo de produção do enunciado: para retomar a terminologia de A. J. Greimas, um «enunciador» (Jakobson emprega os termos de «destinador» ou de «emissor») dirige o seu «enunciado» a um «enunciatório» («destinatário» ou «receptor», segundo Jakobson). A segunda constitui, pelo contrário, a eventual inscrição e expressão linguística, no próprio enunciado, da primeira: dá-se aos seus actantes os nomes de «narrador» e «narratório» (Benveniste utiliza os termos de «locutor» e «alocutado» ou «alocutário»)⁴.

Ora o jogo de uma certa autonomia linguística permite instituir entre o enunciado da enunciação e a sua contra-partida referencial uma distância maior ou menor; uma distância tal que a situação de enunciação manifestada no enunciado linguístico está longe de representar um reflexo fiel da relação de comunicação ou, mais simplesmente, do acto de discurso. Para não falar senão dele, o narrador instalado no discurso através dos elementos indiciais mencionados não é, portanto, forçosamente a encarnação linguística do enunciador, nem o narratório a do enunciatório⁵. Esta distância enunciativa, reconhecendo à enunciação enunciada uma margem de independência em relação à situação de produção efectiva do discurso, pode dar conta nomeadamente do facto de que as obras da Antiguidade nos «falam» ainda, mesmo que o leitor moderno não tenha praticamente mais nenhum ponto em comum com o auditor-enunciatório a que as destinou o enunciador originário!

Não se saberia, por outro lado, concluir desta relativa autonomia do enunciado da enunciação, que toda a verificação do nível das condições de produção linguística e do seu produto com o mundo enunciativo que este último constrói está excluída. A perspectiva enunciativa tem, pelo contrário, de positivo o facto de denunciar o engano representado pelo postulado do fechamento estrutural do texto do enunciado.

2. A constituição semântica do sujeito

«É «ego» quem diz «ego», afirma Benveniste; «é «ego» quem diz «ego» e quem se diz «ego», acrescenta Coquet⁶. Não somente o sujeito se constitui «na e pela linguagem», mas sobretudo todo o acto de enunciação representa a afirmação de uma relação predicativa entre o *eu* e o que *eu* afirma sobre si próprio, através deste acto de enunciar. Mas se é verdade que o sujeito não existe em definitivo senão no momento em que ele se enuncia, se é verdade que «o fundamento da subjectividade está no exercício da língua» (Benveniste), este sujeito, na sua própria actividade linguística,

age sobre o mundo que o rodeia e do qual depende a sua própria existência. E esta actividade de um sujeito que num primeiro estado da sua definição poderia parecer filosoficamente solipsista, ou analiticamente autista, está a duplo título virado para o exterior: na medida em que, para adquirir um carácter distintivo, o sujeito coloca de imediato diante de si um *tu* e um *vós*; na medida em que também a sua existência física, a sua «corporeidade», o insere, por definição, no mundo que ele apreende através dos sentidos e que se apressa aliás a representar e reconstruir, dizendo-o.

Do ponto de vista enunciativo, eis-nos assim duplamente remetidos para a situação de enunciação. A partir do *eu* sujeito da enunciação, narrador que se diz e que apreendemos como «realidade de discurso», somos irremediavelmente levados a postular a existência de um *eu* (*ego*) que para já nomearemos extra-linguístico, ou, mais exactamente, extra-discursivo. O *eu* não é por isso pura construção linguística; ele não tem uma realidade que seria somente sui-referencial. O *eu* só existe na sua especificidade, na medida em que é susceptível de se situar e de se determinar graças a um *tu*; e este *tu*, como o *eu*, remete para um «referente» que é exterior à língua. Apanhado numa rede de relações intersubjectivas que só têm existência linguística, o *eu* traz a marca do condicionamento sociológico e psicológico ao qual está submetida a sua existência, nomeadamente na intervenção do *tu/vós*, sua «exterioridade». Assim como ao nível linguístico, o *eu* deve sujeitar-se na sua construção às regras da língua, assim também a sua constituição enunciativa depende do seu ser psicológico e das suas competências culturais e sociais, sofrendo então os constrangimentos do mundo intersubjectivo e do mundo natural no qual está inserido⁷. Mas que os termos aqui empregues não enganem se, para definir os elementos para os quais remetem os índices que instalam e constituem o sujeito na língua, foi preciso falar de «exterioridade», a manifestação linguística e discursiva do *eu* e o «referente» relativo ao acto predicativo pelo qual o *ego* se diz *eu* não são senão duas facetas de uma mesma folha de papel, para retomar uma imagem suassuriana com todas as suas implicações metafóricas.

Colocar a questão da discursivização e da enunciação é, portanto, não só colocar o problema filosófico do sujeito, mas é sobretudo inaugurar uma semântica, senão uma semiótica do *ego*, em particular na sua relação com o *tu/vós* que lhe permite colocar-se enquanto *eu*, assim como na sua relação com o mundo que o rodeia; uma semântica aberta, rompendo com o postulado da imanência e permitindo integrar todos os elementos pertencendo ao que se poderia chamar, quando o *ego* tomado em consideração depende de uma outra cultura, de «contexto etnográfico»; sem esquecer aliás que a abertura terá sempre como ponto de partida as marcas da enunciação no discurso: evitar-se-á consequentemente aplicar-lhe «condições de produção» definidas *a priori*⁸. Esta operação de relacionamento entre o narrador e a sua maneira de se enunciar com o que se sabe das circunstâncias que envolvem o acto enunciativo é, no que diz respeito às produções literárias e iconográficas da Grécia antiga, absolutamente indispensável.

Mas se a consideração da dimensão enunciativa parece abrir o discurso para um mundo «exterior», é conveniente salvaguardarmo-nos de uma dicotomia, porque muito simplista e redutora, entre uma interioridade discursiva e uma exterioridade mundana. A partir da imagem de duas faces da folha de papel que acabámos de evocar, é necessário não esquecer que o

«exterior», enquanto mundo natural, está já enformado, na percepção que temos dele, numa série de visões significativas e que é sociologicamente o objecto de uma série de práticas significantes que o modelam por seu lado. Nesta medida, o sujeito que enuncia aparece como o ponto de articulação entre uma semiótica que tem em conta as significações do mundo e a que ele próprio produz no discurso face ao *tu*. Não se sai portanto do quadro semiótico: o enunciado e o enunciado da enunciação são, a partir de agora, concebidos como reelaborações, que o sujeito assume pela mediação de uma «exterioridade», ela própria significante⁹. O estudo das marcas enunciativas e da sua fonte conduz, portanto, ao problema muito mais geral da discursivização, da assunção no discurso de um mundo de significações; conduz, ao invés, à questão do impacto deste discurso sobre este mesmo mundo e sobre aqueles que o apreendem. Há, portanto, não só troca entre o contexto significante de produção do discurso e este mesmo discurso, mas há constituição mútua, por intermédio do sujeito falante e enunciante, de um pelo outro, de um no outro.

Assim como o sujeito discursivo constitui o seu discurso a partir do que ele é, psicológica e socialmente, e a partir das suas próprias visões significativas do mundo natural, também o seu próprio discurso tende a modificar, num movimento de perpétua reconstrução, a «realidade» na qual a enunciação encontra o seu quadro prático de realização. Este movimento de vai-vem opera-se nomeadamente através de uma relação discursiva intersubjectiva onde o *eu* só existe na relação com um *tu* ou um *vós*; o *eu* re-situa-se assim sem cessar em relação a eles e em relação ao mundo que transforma com o seu discurso. A enunciação, portanto, não somente enquanto construção discursiva, mas também como acção; a enunciação sempre perceptível nas marcas de ordem material e nos efeitos que provoca; a enunciação enunciada que não existe senão na materialidade do signo, qualquer que seja a sua substância, que reforça as posições fundamentalmente materialistas e realistas da semiótica, a despeito das acusações de idealismo que se formularam a seu respeito.

3. A enunciação como acto

Antes mesmo do desenvolvimento da pragmática anglo-saxónica, Benveniste reconheceu que além dos índices visando ancorar no enunciado a situação de enunciação no seu ponto focal e no quadro espacio-temporal, o aspecto enunciativo da língua manifesta-se igualmente em toda uma série de operações tais como a suposição, a interrogação, a injunção, etc.¹⁰. Estas operações fazem do enunciado que as subsume verdadeiros actos pelos quais o sujeito enunciante intervém praticamente na situação extra-discursiva. Sem querer nem poder discutir aqui os limites esbatidos que separam o ilocutório do perlocutório, relevemos no entanto as tentativas de O. Ducrot de fazer uma distinção entre os actos de linguagem que, sui-referenciais, utilizam as regras do discurso e os que, ao contrário, fazem intervir a causalidade do mundo «exterior». Os primeiros, tal como a promessa, criam uma obrigação que só tem valor «no mundo desenvolvido pela enunciação», no próprio momento da efectuação do enunciado; os segundos, tal como a consolação, têm pelo contrário um efeito directo sobre a situação extra-

-discursiva¹¹. Esta distinção é particularmente pertinente para a poesia arcaica grega onde o acto de enunciação se traduz no enunciado por verbos performativos, tais como *cantar, louvar, invocar*; ela conduz-nos, portanto, de novo às relações complexas que referem o domínio linguístico traçado pelo enunciado da enunciação ao domínio empírico; correspondente à situação de enunciação/comunicação e aos sujeitos psico-sociais que são os seus protagonistas.

São ainda estas mesmas relações que estão no centro das reflexões sobre a enunciação, pulsionadas por A. Culioli; delas poder-se-á reter a concepção geral segundo a qual toda a operação de enunciado põe finalmente em jogo o sujeito enunciativo e a situação que o conduz a «enunciar», através da assunção da relação predicativa¹². A «localização» que representam, em relação à situação de enunciação, os elementos visando ancorar os seus protagonistas e o seu quadro espaço-temporal no enunciado não é senão uma parte aparente do enorme iceberg enunciativo; esta concepção de uma enunciação generalizada, implicada pelo desenvolvimento da actividade linguística, reverte em definitivo a ser confrontada com o problema englobante da referenciação¹³.

Com efeito, admitindo que a enunciação subtende o conjunto do acto discursivo, temos direito de nos perguntarmos, com a ajuda de H. Parret, se a enunciação não deve ser compreendida como um «efeito de enunciado» que não aparece forçosamente no enunciado sob a forma tangível de marcadores e índices precisos. A enunciação constitui, neste caso, a condição de possibilidade do enunciado e só podemos apreendê-la através da «transposição» a partir deste último. A enunciação apareceria então, em última instância e na base do iceberg, como constitutiva do nível transcendental da «comunidade enunciativa»; é unicamente pelo recurso a este nível profundo que poderíamos ultrapassar a contradição entre uma enunciação enunciada, assumindo a forma de uma encenação, e os valores da subjectividade comunitária que subtendem¹⁴.

Como quer que seja, a perspectiva enunciativa alarga-se infalivelmente para desembocar na questão globalizante da discursivização, com os procedimentos que dizem respeito ao conjunto do enunciado: actorialização, temporalização, espacialização, sem esquecer a «figurativização» de estruturas semânticas mais abstractas¹⁵. É por este prisma que deve ser tratado o espinhoso problema das relações que referem o mundo que se constrói no discurso ao mundo natural ou social e a questão complexa da influência pragmática de um sobre o outro. Porquê desde logo limitar-se à ponta do iceberg? Porque não tentar perseguir todas as marcas deixadas no enunciado pelos inumeráveis procedimentos de indicação de uma situação «referencial»? Nesta linha, porque não analisar todas as implicações pragmáticas do acto de linguagem que, em definitivo, toda a discursivização linguística representa? Porque, para lá do enunciado da enunciação, e numa perspectiva filosófica, não experimentar apreender a instância transcendental que subtende toda a operação de discursivização? É a concepção fundamentalmente materialista da enunciação e da semiótica, definida mais acima, que nos impede de o fazer, comprometendo-nos a tomar como ponto de partida de uma análise enunciativa as marcas inscritas no texto.

Traduzido do francês *Le récit en Grèce ancienne. Énonciations et représentations de poètes*, por ANGELA MARQUES

NOTAS

¹ J.-C. Coquet, *Sémiotique littéraire. Contribution à l'analyse sémantique du discours*, Paris 1973, p. 15 s.; J.-B. Grize, «Logique et discours pratique», *Communications* 20, 1973, pp. 92-100. Acerca das implicações filosóficas deste ressurgimento semiológico do sujeito, leiam-se as reflexões de P. Ricoeur, «La position du sujet; le défi de la sémiologie», *Social Research* 34, 1967, pp. 1-30, retomado em *Le conflit des interprétations. Essais d'herméneutique*, Paris, 1979, pp. 233-262.

² Benveniste, 1966, pp. 251 sgs. e 258 sgs; 1974, pp. 68 sgs e 72 sgs; ver também Adam-Goldstein, 1976, pp. 296 sgs e agora Ricoeur, 1984, pp. 92 sgs; cf. já K. Bühler, *Spracheorie. Die Darstellungsfunktion der Sprache*, Jena, 1934, pp. 120 sgs. Os pronomes não correspondem a lugares unicamente sintácticos; é a razão pela qual os designo pelo termo misto actante-actor da narração. Acerca da distinção entre actante e actor, cf. Greimas-Courtés, 1979, pp. 3 sgs e 7 sgs e Greimas, 1983, pp. 49 sgs.

³ A este propósito ver Jakobson, 1963, pp. 178 sgs e Greimas-Courtés, 1979, pp. 79 sgs e 119 sgs. A história das contribuições sucessivas de Benveniste para a enunciação, muitas vezes erradamente atribuídas a Jakobson, acaba de ser traçada por C. Normand, «Le sujet dans la langue», *Langages* 77, 1985, pp. 7-19.

⁴ Ver Greimas-Courtés, 1979, pp. 94 e 125 sgs que sistematizam as reflexões de Benveniste, 1966, pp. 252 sgs e 1974, pp. 81 sgs; cf. também Todorov, «Problèmes de l'énonciation», *Langages* 17, 1970, pp. 3-11 e os esclarecimentos bem recentes trazidos por Adam, 1985, pp. 178 sgs que ao lado do enunciado e da enunciação enunciada distingue dois níveis diferentes na enunciação (/comunicatio/): o da enunciação como *discurso* onde o autor concreto se dirige a um leitor concreto e o da enunciação como *acto* com as instâncias do «enunciador» e do/dos «destinatários» que o discurso constrói. Notar-se-á que Borel-Grize-Miéville, 1983, pp. 34 sgs e 59 sgs, retomando as teses de Benveniste, invertem a significação dos termos designando os actantes da enunciação: o «locutor» toma parte na comunicação, enquanto que o «enunciador» é a sua marca colocada com o enunciado. Quanto a Ducrot, 1984, pp. 192 sgs e 203 sgs, designa o narrador com o termo de «locutor» e o enunciador com o de «produtor» (ou «actor empírico») para reservar o termo de «enunciador» para a designação da «personagem» que o locutor por vezes instala no enunciado para o representar. É preciso dizer a propósito do enunciado da enunciação que através de uma forma como a do diálogo é possível introduzir no próprio enunciado uma situação de comunicação puramente fictícia; os actantes desta estrutura de comunicação interaccional recebem então os nomes de «interlocutor» e «interlocutário»: cf. Greimas-Courtés, 1979, pp. 80 e 191.

⁵ Ver a este propósito as anotações de Genette, 1972, pp. 225 e sgs e 259 sgs, assim como Ducrot, 1984, p. 206 sgs.

⁶ Benveniste, 1966, pp. 259 sgs; Coquet, 1984, pp. 14 sgs.

⁷ Sobre este tema ver o esquema da comunicação reformulado por Kerbrat-Orecchioni, 1980, pp. 17 sgs.

⁸ Para um «imanentismo» aberto, ver-se-á as propostas de Kerbrat-Orecchioni, 1980, pp. 220 sgs.

⁹ Ver a este propósito as reflexões de A. J. Greimas e E. Landowski, «Pragmatique et sémiotique», *Actes Sémiotiques. Documents* V. 50, 1983, e Calame, 1983, pp. 9 sgs.

¹⁰ Benveniste 1966, pp. 264 sgs (este estudo sobre a «subjectividade na linguagem» data de 1958), depois 1974, pp. 79 sgs.

¹¹ O. Ducrot, «Illocutoire et performatif», *Linguistique et sémiologie* 4, 1977, pp. 17-53 (retomado em *Dire et ne pas dire, Principes de sémiotique linguistique*, Paris, 1980, pp. 279-305).

¹² A. Culioli, C. Fuchs e M. Pêcheux, *Considérations théoriques à propos du traitement formel du langage*, Paris, 1970, pp. 32 e sgs e A. Culioli «Rapport sur un rapport» in A. Joly (ed.), *La psychomécanique et les théories de l'énonciation*, Lille, 1980, pp. 37-47.

¹³ Sobre este tema, ver D. Bertrand, *L'espace et le sens. Germinale d'Emile Zola*, Paris-Amsterdam, 1985, pp. 30 sgs.

¹⁴ H. Parret, «L'énonciation en tant que déictisation et modalisation», *Langages* 70, 1983, pp. 83-97.

¹⁵ Cf. D. Bertrand, «Narrativité et discursivité», *Actes Sémiotiques. Documents* VI. 59, 1984, pp. 30 sgs.